



S&P eleva nota da dívida do Brasil pela primeira vez em 12 anos

SP retoma obras, amplia repasses para saúde e educação e avança no saneamento

Página 2

Brasil salta duas posições e se torna a nona economia do mundo em 2023

Página 3

Ministério do Esporte estuda reajuste do Bolsa Atleta após 12 anos

O ministro do Esporte, André Fufuca, anunciou na terça-feira (19) que o governo federal estuda conceder um reajuste no programa Bolsa Atleta, a partir do ano que vem. O benefício está congelado há 12 anos. O anúncio ocorreu após uma reunião, no Palácio do Planalto, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu uma delegação de atletas que participou da última edição Jogos Panamericanos e Parapan-Americanos, em Santiago, no Chile, entre outubro e novembro.

“Hoje é um dia em que o presidente Lula fez questão de receber os atletas que representaram o Brasil tanto nos Jogos Panamericanos quanto no Parapan. Tivemos um ano de realizações importantes a nível do esporte internacional do nosso país”, destacou o ministro.

“Estamos falando aqui da atualização do Bolsa Atleta, do Bolsa Pódio. São programas que, alguns há 10, outro há 12 anos, não têm qualquer tipo de reajuste. E tem toda a sensibilidade do governo federal para poder avançar em resposta a essas ações”, acrescentou.

Segundo Fufuca, o reajuste deve ser para corrigir a inflação ao longo de todo esse período sem aumento.

O Bolsa Atleta foi criado em 2005, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O programa é considerado um dos maiores do mundo de patrocínio direto aos desportistas e tem o objetivo garantir condições mínimas de preparação esportiva aos atletas brasileiros, a partir dos 14 anos de idade.

A política pública esportiva é dividida em seis categorias: Base, Estudantil, Nacional, Internacional, Olímpico/Paralímpico, Pódio, sendo esta última destinada a atletas de elite. Os repasses mensais variam de R\$ 370 (base) a R\$ 15 mil (pódio). Em 2023, o programa alcançou 7,4 mil atletas, o maior número da história.

O objetivo é que os bolsistas de alto desempenho se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e a competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paralímpicas.

A principal categoria do programa abarca os atletas de alto rendimento, que se posicionam entre os 20 primeiros do ranking mundial da modalidade praticada ou prova específica, e que atendam aos critérios estabelecidos pela legislação.

Nos últimos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, realizados em Tóquio, no Japão, em 2021, 80% dos integrantes da delegação olímpica e 95% da paralímpica eram bolsistas do programa federal. (Agência Brasil)

Congresso conclui votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024



Foto/Lula Marques/ABr

Página 4

Esporte

Caio Bonfim recebe o troféu de melhor do atletismo brasileiro em 2023

O brasileiro Caio Oliveira de Sena Bonfim, de 32 anos, recebeu na noite de sexta-feira (15) o troféu de melhor representante do atletismo brasileiro na temporada 2023, durante a cerimônia do Prêmio Brasil Olímpico, realizada pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB), na Cidade das Artes, no Rio de Janeiro. Os melhores atletas do ano que receberam o Troféu Rei Pelé foram Rebeca Andrade, da ginástica artística, e Marcus d’Almeida, do tiro com arco.

Caio teve um ano muito especial, conquistou a medalha de bronze dos 20 km marcha atlética no Mundial de Budapeste, na Hungria, em agosto, quebrando pela segunda vez no ano o recorde brasileiro da prova, que era dele mesmo, com 1:17:47 – quarto melhor tempo no Ranking Mundial deste ano.

Nos Jogos Pan-Americanos de Santiago, no Chile, em novembro, garantiu a prata nos 20 km, com 1:19:24, e o bronze

na maratona de revezamento misto, quando, ao lado de Viviane Lyra, completou os 42,195 km de distância, em 3:92:14.

Para completar a temporada tão especial, o brasileiro foi declarado campeão dos 20 km da World Athletics Race Walking Tour, circuito das principais competições de marcha atlética do mundo, equivalente à Liga Diamante para as provas de pista e campo.

“O título do Circuito Mundial foi fantástico. Já havia batido na trave em algumas temporadas e agora consegui conquistá-lo pela primeira vez,” comentou.

O título de melhor do atletismo é sempre relevante, segundo Caio, que havia alcançado o prêmio em 2017, quando foi bronze no Mundial de Londres. “Competir com feras como Fabiana Murer, Thiago Braz, Darlan Romani e Alison Piu dos Santos não é fácil”, disse. “É uma grande honra. Um nível altíssimo que vive o nosso esporte. Estou feliz por represen-



Foto/Wagner Carmo

tar o nosso atletismo.”

Alison dos Santos, campeão mundial dos 400 m com barreiras em Oregon, 2022, e bronze nos Jogos Olímpicos de Tóquio-2021, recebeu o prêmio de retorno do ano. Eleito o melhor atleta do Brasil de 2022, Piu, que passou por uma cirurgia no joelho

direito em fevereiro deste ano, terminou em quinto lugar no Mundial de Budapeste, na Hungria, em agosto. “Infelizmente não pude estar presente na festa, mas gostaria de agradecer a todos pela votação”, disse Alison, que está treinando nos Estados Unidos, de olho na Olimpíada de Paris-2024.

piada de Paris-2024.

O paranaense Renan Gallina, campeão pan-americano dos 200 m e integrante do time campeão do revezamento 4x100 m em Santiago, no Chile, concorreu, aos 19 anos, ao prêmio de revelação do ano.

O judoca Chiaki Ishii, japonês naturalizado brasileiro, foi o responsável por conquistar a primeira de 24 medalhas do judô em Jogos Olímpicos, o bronze em Munique-1972. Por essa conquista, o pioneiro do esporte foi escolhido pelo COB para ser homenageado com o Troféu Adhemar Ferreira da Silva, oferecido aos atletas brasileiros que se destacaram e construíram um legado consistente e eterno.

O Grupo Prevent Senior patrocina o atletismo brasileiro, oferece medicina esportiva de precisão e estilo de vida para os que se ligam ao esporte e apoio às competições. As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.



Foto/Rodrigo Ruiz

A 26ª edição das 500 Milhas de Kart será realizada nesta quinta-feira no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP), mas os competidores já começaram a acelerar na terça-feira pela manhã com os primeiros treinos livres a partir das 9h10.

A 500 Milhas de Kart foi criada em 1997 e é uma prova tradicional que marca a celebração entre pilotos profissionais e amadores do automobilismo em uma corrida de quase 12 horas de duração.

A prova deste ano contará com

a presença ilustre de grandes nomes de F1, F2, Stock Car, F3, F4, Copa Truck e Fórmula E. Alguns dos pilotos confirmados são: Rubens Barrichello, Felipe Drugovich, Caio Collet, Clement Novalak, Antonio Felix da Costa, Felipe Giaffone, Nic Giaffone, Dudu Barrichello, Matheus Morgatto, Rafael Suzuki, Gaetano Di Mauro, Beto Monteiro, Sérgio Sette Câmara, entre outros.

Além da prova principal, a 500 Milhas de Kart também promete

muita diversão com as categorias preliminares, como a 50 Milhas de Kart e a Shifter. Os visitantes ainda terão várias formas de entretenimento dentro do complexo do KGV, com simuladores, restaurante e jogos infantis.

A tomada de tempos que definirá as posições de largada das 500 Milhas será realizada na quarta-feira. A corrida será disputada na quinta-feira, a partir das 11h, e terá transmissão na íntegra no YouTube e da hora inicial e final no BandSports.

Site: www.jornalodiasp.com.br

S&P eleva nota da dívida do Brasil pela primeira vez em 12 anos

Pela primeira vez em 12 anos, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's (S&P) elevou a nota da dívida soberana brasileira. O país saiu da nota BB-, três níveis abaixo do grau de investimento, para a nota BB, dois níveis abaixo. A S&P concedeu perspectiva estável, o que não indica alterações nos próximos meses.

A última vez em que a S&P havia elevado a nota da dívida brasileira tinha sido em 2011, quando o Brasil passou da nota BBB- (grau de investimento, garantia de que o país não dará calote na dívida pública) para BBB (um nível acima do grau de investimento). Desde então, o país tinha sofrido sucessivos rebaixamentos, tendo perdido o grau de investimento em setembro de 2015.

Desde junho deste ano, a S&P tinha indicado que elevaria a classificação do país, ao conceder perspectiva positiva para a nota brasileira.

Em nota, a S&P atribuiu a melhoria da nota brasileira à aprovação da reforma tributária, ocorrida na sexta-feira (15). Segundo a agência, a conclusão das discussões em torno da modernização do sistema tributário brasileiro amplia a trajetória de implementação de políticas pragmáticas no país nos últimos 7 anos.

A S&P, no entanto, adverte que continuam riscos para a economia brasileira, como as perspectivas de fraco crescimento econômico e de situação fiscal “débil”, o que justificou a perspectiva estável para a nota do país. “Isso reflete nossas expectativas de que o país fará progres-

so lento em enfrentar desequilíbrios fiscais e projeções econômicas ainda fracas, compensadas por uma forte posição externa e uma política monetária que está ajudando a reancorar as expectativas de inflação”, destacou o comunicado.

Desde janeiro de 2018, a S&P Global enquadrava o Brasil três níveis abaixo do grau de investimento, mesma nota concedida pela Fitch, outra das principais agências de classificação de risco. A Moody's classifica o país dois níveis abaixo do grau de investimento.

Tesouro

Em nota, o Tesouro Nacional informou que a elevação da nota brasileira confirma os esforços do governo federal para reequilibrar as contas públicas e fazer as reformas necessárias

para a economia. Segundo o órgão, a melhoria na classificação do país resultará em queda dos juros e aumento do emprego no médio prazo.

“O Ministério da Fazenda reitera seu compromisso com a agenda de reformas em curso, que contribuirá não apenas para o melhor balanço fiscal do governo, mas também levará à redução das taxas de juros e à melhoria das condições de crédito, ao mesmo tempo em que assegurará a estabilidade dos preços. Desta forma, serão criadas as condições para a ampliação dos investimentos públicos e privados e a geração de empregos, aumento da renda e maior eficiência econômica, elementos essenciais para o desenvolvimento econômico e social do país”, destacou o comunicado. (Agencia Brasil)

Brasil salta duas posições e se torna a nona economia do mundo em 2023

Com previsão de crescimento de 3,1% no Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, o Brasil saltará duas posições e se tornará a nona economia do mundo em 2023, divulgou na terça-feira (19) o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo a instituição, o país deverá encerrar o ano com PIB nominal de US\$ 2,13 trilhões, ultrapassando o Canadá, com PIB estimado em US\$ 2,12 trilhões.

No ano passado, o Brasil estava na 11ª posição. Segundo o FMI, até 2026, o Brasil pode subir uma posição e tornar-se a oitava maior economia do planeta, com PIB estimado em US\$ 2,476 trilhões.

As estimativas foram divulgadas com base no relatório Perspectiva Econômica Mundial, lançado em outubro. Na ocasião, o FMI estimou crescimento de 3,1% para o PIB brasileiro neste ano, contra estimativa de 2,1% no relatório anterior.

Segundo o FMI, os Estados Unidos, a China e Alemanha continuaram sendo as maiores economias do mundo neste ano. O órgão projeta que a economia global desacelerará neste ano, crescendo 3%, contra 3,5% em 2022. Para 2024, o FMI estima expansão global de 2,9%.

Para o Brasil, o FMI projeta crescimento de 1,5% no próximo ano. A projeção é mais baixa que

a da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que prevê expansão de 1,8% para a economia brasileira em 2024. O Ministério da Fazenda projeta crescimento de 2,2%.

Confira o ranking das dez maiores economias do mundo em 2023, segundo projeção do FMI:

1. Estados Unidos – US\$ 26,95 trilhões
2. China – US\$ 17,7 trilhões
- 3- Alemanha – US\$ 4,43 trilhões
4. Japão – US\$ 4,23 trilhões
5. Índia – US\$ 3,73 trilhões
6. Reino Unido – US\$ 3,33 trilhões
7. França – US\$ 3,05 trilhões
8. Itália – US\$ 2,19 trilhões
9. Brasil – US\$ 2,13 trilhões
10. Canadá – US\$ 2,12 trilhões

Fonte: Fundo Monetário Internacional

Repercussões

Na rede social X (antigo Twitter), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou o resultado com uma brincadeira: “Vocês não sabem o trabalho que dá para ter tanta sorte...”, escreveu.

O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, também celebrou a divulgação do FMI afirmando, em suas redes sociais, que o Brasil está “de volta ao top 10”. (Agencia Brasil)

Percentual de biodiesel no diesel subirá para 14% em março de 2024

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) decidiu na terça-feira (19) aumentar o teor de biodiesel na mistura ao óleo diesel de 12% para 14% a partir de março de 2024. O percentual subirá para 15% a partir de março de 2025.

O cronograma anterior previa a mistura B14 para abril de 2025 e a B15 para 2026. Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), a expectativa é que, com a medida, seja evitada a emissão de 5 milhões de toneladas de CO2 na atmosfera, além da redução de cerca de R\$ 7,2 bilhões com a importação de diesel fóssil.

A 42ª reunião ordinária do CNPE contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do vice-presidente Geraldo Alckmin. Segundo o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, a ampliação do biodiesel na matriz energética diminui a dependência do Brasil da importação de óleo diesel e ajuda o país na descarbonização, além de estimular a agricultura nacional.

O CNPE também aprovou a suspensão temporária da importação de biodiesel, revertendo decisão do governo anterior. “Deliberamos junto com o aumento da mistura que fica suspensa a importação delibe-

rada pela ANP até que um grupo de trabalho defina se essa é ou não a melhor estratégia nacional”, disse Silveira.

Também foi criado grupo de trabalho para deliberar tecnicamente sobre a possibilidade de aumentar a mistura do álcool anidro na gasolina de 27,30% para 30%. A mudança é um dos eixos previstos no Projeto de Lei do Combustível do Futuro, apresentado pelo MME, e que está em tramitação no Congresso Nacional.

Repercussão

Para a Frente Parlamentar Mista do Biodiesel do Congresso Nacional (FPBio), a decisão do CNPE sobre a antecipação do aumento da mistura é de grande importância para o setor de biodiesel e permite que haja previsibilidade de produção e a possibilidade de organização dos investimentos e dos negócios.

A Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio) também comemorou a antecipação do aumento da mistura. Para a entidade, as medidas definem um horizonte mais claro de previsibilidade e de segurança jurídica para o setor retomar investimentos e acelera o processo de descarbonização do transporte no Brasil. (Agencia Brasil)

Equilíbrio de contas públicas é importante para queda da inflação

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reforçou a importância do cumprimento da política fiscal do governo para equilíbrio das contas públicas e consequente queda da inflação. As expectativas de inflação acima da meta preocupam o BC e é um fator que impacta a decisão do BC sobre a taxa básica de juros, a Selic.

Para os membros do colegiado, em reunião na semana passada, a redução das expectativas requer o contínuo fortalecimento da credibilidade e da reputação tanto das instituições públicas como dos arcabouços fiscal e monetário, que compõem a política econômica brasileira.

“Com relação ao cenário fiscal, tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de inflação e, consequentemente, para a condução da política monetária, o Comitê reafirma a importância da firme persecução dessas metas”, diz a ata da reunião, divulgada na terça-feira (19) pelo BC.

“O Comitê reforçou a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, consequentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade”, acrescenta o documento.

A taxa neutra é aquela que nem estimula, nem desestimula a economia, ou seja, é a taxa de juros real consistente para manter o nível de atividade econômica, com o fomento ao pleno emprego e a inflação na meta.

Quando o BC quer conter a demanda aquecida e frear a inflação, ele aumenta a taxa básica de juros para uma posição acima do juro neutro. Já para incentivar a produção e o consumo, o Copom diminui a Selic. Em caso de economia estável, com a inflação no centro da meta, a Selic tende a ficar próxima da taxa neutra. Então, quanto maior for o juro neutro, maior será a Selic.

De acordo com o último Rela-



Foto/Marcello Casal Jr/ABR

tório de Inflação da instituição financeira, a média da taxa de juros real neutra está em 4,8%, com intervalo entre 4,5% e 5%.

O comitê relembrou que não há relação mecânica desses fatores com a política monetária mas as variáveis, como a dinâmica fiscal ou o cenário externo, podem alterar as expectativas de mercado, fator que impacta a decisão do BC sobre os juros.

“Houve um progresso desinflacionário relevante, em linha com o antecipado pelo comitê, mas ainda há um caminho longo a percorrer para a ancoragem das expectativas e o retorno da inflação à meta, o que exige serenidade e moderação na condução da política monetária”, diz a ata.

Taxa Selic

Na semana passada, o Copom decidiu reduzir a taxa Selic, de 12,25% ao ano para 11,75% ao ano. O comportamento dos preços fez o BC cortar os juros pela quarta vez no semestre, em um ciclo que deve seguir com cortes de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões. Após sucessivas quedas no fim do primeiro semestre, a inflação voltou a subir na segunda metade do ano, mas essa alta era esperada por economistas.

A taxa Selic é o principal instrumento de BC para alcançar a meta de inflação, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A autarquia não adiantou quando parará de reduzir a Selic e informou que o momento dependerá do comportamento da inflação no primeiro semestre de 2024.

“A magnitude total do ciclo de flexibilização ao longo do tempo dependerá da evolução da di-

nâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de inflação, em particular daquelas de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos”, diz a ata.

“O comitê reforça a necessidade de perseverar com uma política monetária contracionista até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas”, afirmou o colegiado.

Para o BC, a decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta para 2024 e o de 2025.

A meta definida pelo Conselho Monetário Nacional para os próximos dois anos é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%.

Na ocasião, as expectativas de inflação para 2024 e 2025 estavam em torno de 3,9% e 3,5%, respectivamente. Os dados são do boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente pelo BC com a projeção de analistas do mercado para os principais indicadores econômicos.

Em novembro, o aumento de preços dos alimentos pressionou o resultado da inflação. O IPCA ficou em 0,28%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O percentual foi maior que a taxa de setembro, que teve alta de 0,24%.

A inflação acumulada este ano atingiu 4,04%. Nos últimos 12 meses, o índice está em 4,68%.

Atividade econômica

O Copom ainda avaliou um

conjunto de indicadores recentes que indica o cenário de desaceleração da economia, como era esperado com a manutenção da Selic em alta por tempo prolongado. “A divulgação do PIB [Produto Interno Bruto - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país] do terceiro trimestre confirmou a moderação de crescimento que estava antecipada, mas com resiliência no consumo das famílias. O mercado de trabalho segue aquecido, mas apresenta alguma moderação na margem”, diz a ata.

Superando as projeções, no terceiro trimestre do ano a economia brasileira cresceu 0,1%, na comparação com o segundo trimestre de 2023, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre janeiro e setembro, a alta acumulada foi de 3,2%.

Pra o BC, a resiliência do consumo das famílias pode estar relacionada a um aumento da renda bruta em função da expansão do mercado de trabalho, de benefícios sociais e de ganhos de renda relacionados à queda da inflação em importantes segmentos da cesta de consumo. Por outro lado, a formação bruta em capital fixo (investimentos das empresas), que é mais sensível às condições financeiras e às perspectivas e incertezas futuras, segue em queda, após uma forte elevação ao longo do período da pandemia.

“Alguns membros avaliaram que a persistência de uma conjunção de maior resiliência do consumo e queda no investimento poderia provocar, no médio prazo, um excesso de demanda em relação à oferta, com potenciais impactos sobre preços”, destacou o BC.

A autarquia também observa uma maior desaceleração na concessão de crédito às empresas. De acordo com a ata, mesmo com as condições monetárias restritivas, já é possível observar a transmissão do ciclo de política monetária esperada pelo mercado, de redução dos juros básico, para as taxas correntes de novas concessões de crédito, levando, em particular, a um maior dinamismo no mercado de capitais no período recente. (Agencia Brasil)

PIB do Paraná cresce mais que o dobro da média nacional nos primeiros trimestres de 2023

O Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná cresceu mais do que o dobro da média nacional nos três primeiros trimestres de 2023 em relação ao mesmo período de 2022. De janeiro a setembro, o total de bens e serviços do Estado aumentou 6,91%. Já o PIB do País teve crescimento de 3,2% nos nove primeiros meses desse ano. O resultado foi divulgado na terça-feira (19) pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparides).

Em valores monetários, o PIB do Paraná somou R\$ 485,8 bilhões no acumulado de janeiro a setembro. Esse montante representou 6,1% do total do PIB brasileiro, que fechou os três primeiros trimestres com R\$ 8 trilhões.

O levantamento do Iparides aponta que todas as grandes atividades econômicas tiveram impacto positivo no crescimento do PIB estadual nos três primeiros trimestres. Na agropecuária, o Valor Adicionado Bruto (VAB), que difere do PIB apenas pela não incorporação dos impostos, cresceu 34,89%, como resultado principalmente da safra recorde de grãos. Já nos serviços, a evolução real alcançou 3,94%, enquanto a atividade industrial registrou incremento de 1,78%.

“Encerramos o ano com mais uma grande notícia, com a expansão do PIB nos primeiros nove meses do ano. Estamos com geração de emprego em alta, atraindo novos investimentos privados, alcançando recordes na exportação e na movimentação dos portos e seguimos com uma agropecuária muito relevante para a nossa economia, crescendo no ritmo das cooperativas”, afirmou o gover-

nador Carlos Massa Ratinho Junior.

O Iparides projeta que o PIB do Paraná deva fechar 2023 com crescimento de aproximadamente 6%. “Caso esse índice se confirme, será a taxa mais elevada dos últimos 13 anos”, avalia o diretor-presidente do instituto, Jorge Callado.

Só no terceiro trimestre de 2023, o PIB paranaense cresceu 2,60% na comparação com julho, agosto e setembro do ano passado. O valor também ficou acima da média nacional, cujo PIB no acumulado dos mesmos meses cresceu 2%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado dá continuidade à sequência de taxas trimestrais positivas no Paraná nesse ano. O melhor resultado foi alcançado nos três primeiros meses de 2023, quando o PIB do Paraná chegou à marca de 13,02% de crescimento na comparação com o período de janeiro a março de 2022. No segundo trimestre, a soma de todos os bens e serviços do Estado continuou positiva, com crescimento de 5,04%.

No acumulado dos últimos quatro trimestres, houve crescimento de 5,79% no PIB encerrado em setembro, como consequência das elevações de valor adicionado da agropecuária (32,56%), da indústria (3,45%) e de serviços (3,90%). A variação positiva na indústria é consequência, majoritariamente, de aumento na geração de eletricidade e na fabricação de produtos alimentícios. No setor de serviços, os destaques ficaram com as atividades financeiras, de transportes e de alojamento e alimentação. (AEN-PR)

Congresso conclui votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024

No Rio, Pier Mauá deve receber 440 mil visitantes até maio de 2024

A temporada de cruzeiros no Porto do Rio de Janeiro vai receber, até o dia 4 de maio de 2024, 37 navios, sendo 27 estrangeiros e dez nacionais, movimentando um total de 440 mil visitantes. Estão previstas 85 escalas nacionais e 34 internacionais.

De acordo com a autoridade portuária PortosRio, a segunda quinzena de dezembro terá intensa movimentação de navios, com média de 57 mil turistas circulando pelo Terminal Internacional de Cruzeiros Pier Mauá. Nos próximos dias 22 e 25, haverá duas atracações simultâneas e, no dia 31, serão quatro navios.

O internacional Europa 2 vem de Salvador (BA) no dia

20 e permanece no Pier Mauá até o dia 22, seguindo às 18h com destino a Itajaí (SC). Ainda no dia 22, o Costa Fascinosa chega de Buenos Aires por volta de 12h e parte com destino à Ilha Bela (SP) às 22h. No Natal (25), mais duas embarcações ficarão atracadas no terminal: o MSC Música e o Costa Diadema.

No dia 30, o navio internacional Azamara Quest, que vem de Montevideo, pernoita no Porto do Rio com destino a Copacabana para assistir à queima de fogos em alto-mar. O mesmo ocorre com os navios que chegam no dia 31: MSC Seaview, Costa Fascinosa e, pela primeira vez no Pier Mauá, o Serenade of the Seas. (Agência Brasil)

Lei do Pantanal é sacionada para garantir conservação do bioma

O governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, sancionou a Lei do Pantanal, voltada para promover a conservação, proteção, restauração e exploração sustentável do bioma. A legislação, sancionada na segunda-feira (18), em Campo Grande, foi elaborada em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), e prevê, entre outros pontos, regras para o cultivo agrícola, a produção pecuária e um fundo para programas de pagamentos por serviços ambientais.

A nova lei terá duração de 60 dias, após sua publicação. Com ela o Pantanal fica reconhecido como prioritário para compensação ambiental e de reserva legal. A legislação determina ainda que em propriedades rurais será necessário preservar 50% da área com formações florestais e de Cerrado. Nos locais com formações campestres, o percentual será de 40%.

A autorização para supressão da vegetação nativa dependerá da inscrição e aprovação do Cadastro Ambiental Rural, da inexistência de infrações ambientais nos últimos três anos e da aprovação de estudo e relatório de impacto ambiental para conversões acima de 500 hectares, entre outros.

Cultivos agrícolas exóticos como soja e cana-de-açúcar ficarão vedados, salvo para subsistência e sem fins comerciais. Os cultivos já existentes não poderão ser expandidos.

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, disse na ocasião, que a lei facilitará a preservação dos biomas do Pantanal e do Cerrado para ajudar o desenvolvimento sustentável.

“Podemos ser ao mesmo tempo uma potência hídrica, uma potência agrícola, uma potência florestal, gerar emprego e renda”, afirmou a ministra. “Estamos abrindo um portal para que o Brasil seja ao mesmo tempo um país economicamente próspero, socialmente justo, mas também ambientalmente sustentável”.

A legislação também determina a proibição do confinamento bovino, exceto para criações já existentes e situações excepcionais em períodos de cheia ou emergência ambiental.

Desde que a preservação não seja prejudicada, poderá haver autorização para pastoreio extensivo das Áreas de Proteção Permanente de rios, corixos, salinas e baías e em áreas de Reserva Legal.

“Novos empreendimentos de carvoaria também não serão autorizados, assim como a constru-

ção de diques, drenos, barragens e outras alterações no regime hidrológico, além de pequenas centrais hidrelétricas. Haverá proibições a espécies exóticas de fauna”, disse o MMA.

Segundo o MMA, a lei prevê também a criação de um fundo estadual, o Fundo Clima Pantanal, para programas de pagamento por serviços ambientais. A prioridade será para a proteção e recuperação de nascentes e da cobertura vegetal em áreas degradadas e de importância para a formação de corredores ecológicos.

Os recursos para o fundo virão de multas ambientais pagas para o Estado, entre outras fontes. A estimativa do governo de Mato Grosso do Sul é que o aporte seja de R\$ 50 milhões em 2024.

“Nós talvez estejamos dando o exemplo de contribuir não só com o Mato Grosso do Sul, mas com todo o planeta, porque este é um bioma único”, discursou Riedel. “A ciência balizou toda a nossa discussão, vários pesquisadores estiveram envolvidos. Quando tivermos dúvidas, vamos recorrer à ela”, disse o governador.

Projeto

De 2016 a 2022 o desmatamento no Pantanal sul-mato-grossense foi 3.517 quilômetros quadrados (km²), crescimento de 25,4% em comparação com os 2.622 km² registrados de 2009 a 2015, segundo dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Em nota técnica, o MMA constatou que os critérios até então adotados por Mato Grosso do Sul para autorizar a supressão da vegetação nativa não estavam de acordo com o artigo 10 do Código Florestal. A nota recomendou a regulamentação do artigo e a conservação e o uso sustentável do Pantanal, além de medidas para suspender os efeitos das normas do Estado.

Em agosto, o governador suspendeu as licenças e autorizações para supressão vegetal na região e buscou uma solução conjunta com o MMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio). Um grupo de trabalho foi criado com representantes de MMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ICMBio e governo do Estado para elaborar o anteprojeto de lei apresentado à Assembleia Legislativa e aprovado, na semana passada, por 23 votos favoráveis e um contra. (Agência Brasil)

Em sessão no plenário da Câmara dos Deputados na tarde da terça-feira (19), o Congresso Nacional aprovou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 (PLN nº 4). O placar de aprovação dos senadores foi de 65 votos a favor, 2 contrários, e nenhuma abstenção. Entre os deputados, a aprovação foi simbólica ao texto do relator Danilo Forte (União-CE).

A LDO fixa parâmetros de orientação para a elaboração do Orçamento de 2024. Entre as diretrizes, os parlamentares estabeleceram a meta fiscal de déficit zero, ou seja, os gastos federais não podem superar o somatório de arrecadação com tributos e outras fontes.

O valor previsto para o salá-

rio mínimo é de R\$ 1.412 a partir de janeiro, reajuste de R\$ 92 que considera reposição da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos últimos 12 meses até novembro (3,85%) mais o reajuste com base no índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) dos dois anos anteriores (3% de ganho real).

Uma novidade nas regras orçamentárias do próximo ano está a obrigação do governo federal de reservar recursos para empenhar as emendas parlamentares impositivas ainda no primeiro semestre de 2024. O governo poderá contingenciar emendas não impositivas de comissões da Câmara e do Senador na mesma proporção dos

cortes feitos nas despesas não obrigatórias.

Destaque

Após apreciarem a LDO, os parlamentares aprovaram como destaque uma emenda apresentada do deputado Altineu Côrtes Freitas Coutinho (PL-RJ) proibindo eventuais despesas com invasão ou ocupação de terra pública ou privada, cirurgias de aborto não permitidas em lei, cirurgias para troca de sexos de crianças e ações que possam influenciar opção sexual de menores.

Nenhum desses tópicos estava previsto no projeto da LDO. O próprio relator, deputado Danilo Forte, considerou a emenda de destaque um “jabuti”, estranho ao texto em votação.

Brasil aumenta cobertura de 8 vacinas do calendário infantil em 2023

Em 2023, Brasil aumentou a cobertura de oito vacinas recomendadas para crianças com um ano de idade, conforme balanço divulgado na terça-feira (19) pelo Ministério da Saúde.

Os imunizantes com aumento na aplicação de doses são contra hepatite A, poliomielite, pneumocócica, as vacinas meningocócica, DTP (difteria, tétano e coqueluche) e tríplice viral 1ª dose e 2ª dose (sarampo, caxumba e rubéola), além da contra febre amarela, indicada aos nove meses de idade. Os dados referem-se às doses aplicadas de janeiro a outubro deste ano, em comparação ao mesmo período de 2022.

De acordo com levantamento, em 26 estados houve alta da pneumocócica, poliomielite, tríplice viral (1ª dose). Em 24 estados, foi registrada alta da aplicação do imunizante contra a hepatite A, meningocócica e tríplice viral (2ª dose). Todos os estados e o DF tiveram aumento na vacinação contra a febre amarela e

DTP. Os percentuais variam de 61,6%, como a tríplice viral (2ª dose), a 85,6% de cobertura, da tríplice viral (1ª dose).

A única vacina recomendada para faixa etária que não teve aumento na procura foi a contra varicela. Segundo o diretor do Programa Nacional de Imunizações (PNI), Eder Gatti, a queda ocorreu por um problema de segurança no maior fornecedor mundial, o que interrompeu o abastecimento no segundo semestre de 2023.

Para a ministra da Saúde, Nísia Trindade, os resultados mostram o início do processo de reversão da tendência de queda das coberturas vacinais no país, que ocorre desde 2016.

Em fevereiro, o governo lançou Movimento Nacional pela Vacinação para retomar a imunização e combater notícias falsas sobre as vacinas.

Nísia Trindade aponta melhora nas ações regionais, com repasse de R\$ 151 milhões para es-

tados e municípios, e vacinação nas escolas. Em 2023, 3.992 cidades adotaram a imunização de crianças e adolescentes no ambiente escolar.

Outras estratégias adotadas foram ampliação do horário das salas de imunização, busca ativa de não vacinados, padronização nos registros das doses aplicadas, com o CPF de quem recebeu ligado a uma dose e à identificação do aplicador em um sistema nacional. Antes, esses registros eram inseridos em sistemas próprios dos estados e municípios.

“Essa é a retomada de algo que o Brasil nunca deveria ter perdido”, ressaltou a ministra.

“A despeito do negacionismo, o governo não vai abrir mão da defesa da vida e da defesa da vacinação”, afirmou, acrescentando que as vacinas e água tratada são as medidas mais eficazes para reduzir a mortalidade infantil e elevar a expectativa de vida.

Conforme balanço da pasta,

Celular Seguro: entenda como vai funcionar a plataforma

Um “botão de emergência” para impedir o acesso de criminosos a aplicativos financeiros e dados pessoais em caso de roubo ou furto de celulares já está disponível para a população. O aplicativo e o site Celular Seguro, lançados na terça-feira (19), permitem bloquear o aparelho, a linha telefônica e os aplicativos bancários em poucos cliques.

“Estamos construindo um botão de emergência, para que a pessoa rapidamente aperte e as operações fiquem bloqueadas, para que ela possa reorganizar sua vida com mais calma, sem ter a agonia de uma hora para outra parar sua vida para fazer 300 ligações para bloquear uma série de canais que expõem ela a crimes financeiros e golpes”, explicou o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Capelli.

A nova plataforma foi desenhada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) em parceria com a Federação Brasi-

leira de Bancos (Febraban) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Segundo Capelli, o Celular Seguro tem o objetivo de reduzir a atratividade do delito e desestimular a receptação de aparelhos roubados, que acaba incentivando o delito.

“O objetivo é transformar o aparelho roubado em um pedaço de metal inútil. No momento em que o aparelho é bloqueado nas redes, a linha, o acesso bancário e os aplicativos de forma rápida reduz muito a atratividade do delito e reduzirá muito também os roubos e furtos”, disse.

Em 2022, foram registrados 999.223 roubos e furtos de celulares no país, segundo o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Mas, segundo Capelli, tudo indica que a subnotificação ainda é muito grande em função dos caminhos que os usuários têm que percorrer atualmente para fazer o bloqueio da linha e do aparelho. Na terça-feira foram assina-

dos memorando com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Bradesco, Santander, Itaú, Banco Inter, Sicoob, XP Investimentos, Banco Safra, Banco Pan, BTG Pactual e Sicredi.

Também foram firmados protocolo de intenções com empresas como Google, Uber, 99, Zetia, Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Firmaram adesão ao aplicativo a Conexis Brasil Digital e as empresas Claro, Vivo e TIM.

Como funciona

O aplicativo para sistemas Android e IOS estará disponível a partir desta quarta-feira (20), mas o serviço já pode ser acessado pelo site Celular Seguro do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Após baixar o aplicativo ou acessar o site, é preciso fazer o login por meio da conta gov.br. O usuário deverá cadastrar seu aparelho informando o número, marca e modelo. Pode ser registrado

A LDO segue agora para sanção presidencial. Conforme a Constituição Federal, o presidente da República poderá vetar trechos aprovados. Caso isso aconteça, o Congresso poderá convocar sessão para a rejeição do veto, que se dará em caso de contestação pela maioria absoluta de deputados (257 votos) e senadores (41 votos).

O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), promete votar a Lei do Orçamento Anual em sessão na quarta-feira (20) após a promulgação da reforma tributária. A lei do orçamento ainda está em análise na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A comissão tem reunião marcada para esta quarta-feira às 10h. (Agência Brasil)

subiu em um terço o número de municípios que alcançaram 95% da meta de imunização infantil.

Em relação à vacina contra o HPV, o número de doses aplicadas cresceu 30%. Desde 2014, quando iniciou-se a imunização, a cobertura apresentava queda, apesar do aumento da faixa etária e inclusão dos meninos como público-alvo.

O HPV é a infecção sexualmente transmissível mais comum no mundo e está associada a mais de 90% dos casos de câncer de colo do útero e de ânus.

Antes, a vacina, disponível no SUS, era indicada apenas para crianças e adolescentes de 9 a 14 anos e pessoas de 9 a 45 anos em condições clínicas especiais, como as que vivem com HIV/Aids, transplantados de órgãos sólidos ou medula óssea e pacientes oncológicos (imunossuprimidos). Desde agosto, passou também a ser oferecida a vítimas de abuso sexual. (Agência Brasil)

mais de um dispositivo, mas a linha deve estar cadastrada no CPF do usuário.

O sistema permite o cadastro de uma ou mais pessoas de confiança, que poderão auxiliar criando ocorrências em nome do usuário. Em caso de perda ou roubo, o usuário ou a pessoa de confiança poderá registrar uma ocorrência por meio do site ou do aplicativo.

Após descrever quando, onde e como ocorreu o problema, o sistema emitirá alertas para instituições participantes, para que tomem as ações necessárias, como o bloqueio de aplicativos financeiros, do aparelho e da linha telefônica.

O bloqueio da linha telefônica, por meio do chip, estará disponível no aplicativo a partir de 9 de fevereiro. Até lá, será preciso continuar bloqueando a linha entrando em contato com a operadora de telefonia. (Agência Brasil)

CNJ apura conduta de magistrados em caso de direito negado ao aborto

O corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, determinou a abertura de um processo administrativo disciplinar para apurar a conduta das juízas Maria Luiza de Moura Mello e Freitas e Elfrida Costa Belleza Silva no caso de uma menina de 11 anos, vítima de estupro, que teve o direito ao aborto legal negado. Hoje as magistradas atuam, respectivamente, na 1ª e 2ª Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Piauí, em Teresina.

Na época em que o abortoamento foi negado à pré-adolescente, ambas as juízas atuavam na 1ª Vara, que fica responsável por conceder medidas protetivas e cuidar de casos relacionados a tutela, guarda e adoção, confor-

me menciona despacho do processo. O desembargador José James Gomes Pereira, que presidiu o Tribunal Eleitoral do Piauí, até o ano passado, também está respondendo pela postura que adotou na oportunidade. Todos ganham salários acima de R\$ 40 mil, como demonstra o portal de transparência das contas da Corte.

De acordo com os documentos disponíveis no processo instaurado no CNJ, a queixa foi registrada formalmente pelo Anis-Instituto de Bioética e por parlamentares, entre eles, Erika Kokay (PT-DF).

A garota era moradora de uma zona rural de Teresina e engravidou pela segunda vez após sofrer violência sexual. Ela foi proi-

bida de abortar, por médicos e autoridades da Justiça, mesmo tendo direito assegurado pela legislação vigente no país.

A vítima chegou a ser constrangida por uma médica a levar a gestação até o fim, conforme veículos de imprensa denunciaram. A lei, no Brasil, descriminaliza o abortamento em três casos: quando seguir com a gravidez representa um risco para a mulher; quando o feto apresenta anencefalia e quando a gravidez é resultado de um estupro.

O documento destaca ainda que, “segundo reportagens, a juíza Maria Luiza de Moura teria nomeado uma defensora pública para defender os interesses do feto”. As autoras da reclamação também argumentam que a meni-

na já havia comunicado a intenção de realizar o aborto e, mesmo assim, após um mês da descoberta da gravidez, a juíza ainda não havia autorizado o procedimento, que foi liberado pela magistrada Elfrida Costa. Na sequência, o desembargador José James voltou se posicionar contra o aborto da vítima.

O Anis e as parlamentares afirmam que a atitude das juízas e do desembargador “é grave, já que ‘reforça as estatísticas deletérias de uma cultura machista e de violência diária contra as meninas e mulheres’”. O que acreditam e apontam é que os três agiram conforme motivações morais e/ou religiosas e posições ideológicas, o que não deve acontecer na aplicação da lei. (Agência Brasil)



Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integra dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://www.jornalodiasp.com.br/> leilões-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

QUARTA-FEIRA, 20 DE DEZEMBRO DE 2023
ATAS/BAIXAS/EDITAIS/LEILÕES

Página 7

(I) A relevância do saldo está relacionada a alienação do investimento que ocorreu nas investidas indiretas WTorre Parauapebas no montante de R\$ 40.968 que alienou a participação societária da sua investida Parauapebas para terceiros e na investida Real Cajamar no montante de R\$ 18.945 que alienou suas debentures também para terceiros. (II) Perda de Dívida emprestimos bancários em decorrência a acordo firmado com as instituições financeiras Banco Itaú registrado na Companhia no montante de R\$ 19.070 e com o Banco Bradesco registrado na investida Direta WTorre Engenharia e Construção Ltda. no montante de R\$ 19.900.

30. Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos - a) Gerenciamento de risco financeiro: A administração da Companhia adota uma política de gerenciamento dos seus riscos, que considera a adoção de procedimentos que envolvem todos os seus níveis críticos, garantindo que as condições de negócio estejam livres de risco real. **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, e custos de mercado, o objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou descaçamento de moedas nas carteiras ativas e passivas, a companhia possui operações em Real (R\$) indexadas à Taxa de Juros – CDI. **ii) Risco de crédito:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus contrapartes nos negócios realizados, que as levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. A fim de mitigar este tipo de risco a Companhia realiza operações preponderantemente com: (i) empresas de grande porte e (ii) pessoas físicas – varejo. Nestes sentido todos os possíveis clientes são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica de pontualidade nas obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, o fluxo de recebimento acontece preponderantemente adiantado, e no caso de pessoas físicas, as vendas acontecem majoritariamente por meio de cartão de crédito, o qual o risco acaba repouso sobre as grandes instituições financeiras emissoras de cartão. Por fim, quando aplicável, os instrumentos de formalização de contratos poderão fazer jus a garantias específicas, tais como: avais, coberturas, hipotecas, fianças bancárias, entre outras, aderentes ao negócio. **iii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco da Companhia, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações assumidas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo líquido. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse sem causar perdas significativas ou risco de prejudicial à reputação da Companhia. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração, que desenvolve padrões para administrar os riscos. **b) Análise de sensibilidade:** A Companhia realizou análise de sensibilidade do principal risco ao qual seus instrumentos financeiros estão expostos, baseando-se representados pela taxa de juros (CDI) e pelo índice nacional de preços (IPCA). Com base no resultado da análise de 2022 foi projetado o cenário de sensibilidade, a projeção do indexador CDI para o ano de 2022, e este definido como o cenário provável. Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% a 50% sobre os Ativos e Passivos Líquidos.

WTorre S.A.	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Ativos e Passivos Líquidos	5,88%	8,81%	11,75%	14,69%	17,63%
CDI ou Selic	-1,27%	-2,58%	-3,44%	-4,30%	-5,16%
IGPM	-2,42%	-3,74%	-4,96%	-6,23%	-7,47%
US\$	4,10	6,15	8,20	10,25	12,30
Ativos BR PROPERTIES					

	Saldo Líquido	Cenário Favorável	Cenário Desfavorável	
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)
Ativos e Passivos Líquidos	31712,022	31712,022	31712,022	31712,022
CDI ou Selic	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)	(1.719,16)
IGPM	33.900	(1.749)	(1.458)	(33.913)
Ativos BR PROPERTIES	11.769	5.885	2.942	(2.942)
Total	(1.973.164)	(114.471)	(176.425)	(338.379)



Real Arenas Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ nº 08.358.015/0001-47

Demonstrações Contábeis períodos finais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações Contábeis períodos finais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Demonstrações Contábeis períodos finais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	59	Fornecedores	11	142.804
Contas a receber	5	9.012	Empréstimos e financiamentos	12	610.216
Adiantamentos a fornecedores	2	240	Obrigações sociais e trabalhistas	13	2.910
Créditos fiscais	6	1.703	Obrigações fiscais e impostos parcelados	14	15.582
Outros ativos	9	1.058	Adiantamentos de clientes	15	32.723
Total do ativo circulante	12.047	9.378	Total do passivo circulante	81.057	701.251
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Contas a receber	5	9.757	Fornecedores	11	1.458
Impostos diferidos	6	1.039	Contratos de Múltos	8	11.902
Contratos de múltos	8	89.741	Impostos diferidos	14	33.491
Outros ativos	9	598	Adiantamentos de clientes	15	15.652
Imobilizado	10	511.694	Provisões para demandas judiciais	17	29.339
Intangível	10	205	Total do passivo não circulante	68.686	68.686
Total do ativo não circulante	636.885	590.510	Total do passivo não circulante	68.686	68.686
Total do ativo	648.932	599.888	Total do passivo	648.932	599.888

1. Contexto operacional: A Companhia Real Arenas Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, com duração por prazo determinado, sediada no Estado de São Paulo, SP, na Avenida Francisco Matiazziro, 1705, sala 1, Água Branca, e tem como atividade principal: I) Desenvolvimento, gerenciamento e/ou administração do empreendimento imobiliário esportivo "Nova Arena", nos termos da Escritura Pública de Constituição do Real de Superfície e Outorga Avulsas, celebrada com a Sociedade Esportiva Palmeiras em 15/07/2010 e seus aditivos; II) Locação, comodato ou qualquer forma de cessão para terceiros (a) de cadeiras do tipo cativa (assentos especiais "vip"), nos quais detém o direito de uso em eventos de qualquer natureza, em caráter precário, para uso por período determinado; ou parte de área que detém o direito de uso, para eventos de qualquer natureza, inclusive para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas, em caráter precário e temporário; (b) de espaços físicos ou virtuais para publicidade e marketing de eventos privados, em caráter de detenção do direito de uso de camarotes em eventos de qualquer natureza, em caráter exclusivo, para uso por período determinado; (c) Cessão onerosa a terceiros de direitos intangíveis que recaiam sobre a exploração comercial (a) dos direitos sobre propriedades de nome e marca do empreendimento imobiliário esportivo "Nova Arena", mediante a prática de concessão dos seus direitos de uso de nome e marca; ou (b) de área ou parte de área que detém o direito de uso; II Administração do estacionamento de veículos; v) Assessoria, apoio, organização, produção e promoção de eventos de quaisquer naturezas; vi) Gerenciamento de licenças e produtos e serviços; e vii) Agenciamento, correção ou intermediação de espaços físicos ou virtuais para publicidade e marketing; a) **Plano de negócios:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (Covid-19) era uma nova doença. Em 11 de março de 2020 foi caracterizada como uma pandemia, com o advento da pandemia ocasionada pelo vírus denominado "Covid-19", autoridades públicas determinaram uma série de medidas com o intuito de inibir a sua disseminação, em especial, a proibição, por meio de Decretos, do funcionamento de estabelecimentos destinados à realização de eventos privados, em caráter de cessão para o público, e em consonância com sua política interna, e seguir rigorosamente todas as recomendações dos órgãos nacionais e internacionais competentes, interrompendo, assim, suas operações no intuito de que fossem evitadas a interrupção dos eventos, as receitas do Allianz Parque, assim como seus custos relacionados a eventos, reduziram consideravelmente, correspondente ao período de março de 2020 até setembro de 2021, e outubro de 2022, quando a situação econômica voltou a estar para o público com 100% de sua capacidade e, em dezembro de 2022 ocorreu o primeiro Show, diante segue informações relacionadas aos impactos financeiros: I) Receitas: opções por negociar parcelas maduras e amplas com os nossos clientes, com isso, estabelecemos com grande parte de nossos clientes e cadeiras de camarotes e cadeiras de outros aluguéis dos contratos pelo mesmo prazo que o Allianz Parque permaneceu inoperante, sem cobrança de valores adicionais, assim mantivemos nossos recebíveis já acordados em contrato; com relação aos clientes de "Premium Rights", negociamos a redução de valores, em caráter de cessão para 2021 e 2022; os contratos já firmados de patrocínio e veiculação de marcas foram renegociados, estendendo o prazo de vigência pelo mesmo período em que o Allianz ficou inoperante, por fim, os contratos firmados para a locação de áreas e instalações para eventos privados, em caráter de cessão para 2021 e 2022, a partir de outubro de 2022, com a liberação para reabertura dos estádios e a retomada dos eventos, a Companhia passou a realizar os contratos que foram renegociados para extensão do prazo. II) Na direção de minimizar o impacto da redução de receitas, durante este período de baixo fluxo de eventos, a Real Arenas passou a revisar os procedimentos de renegociação de contratos e revisou procedimentos para redução dos custos de operação, resultando em uma economia de 32% dos custos fixos e de manutenção. Com a retomada dos eventos os custos da operação, manutenção e comercialização voltaram a ser cobrados, e a reabertura do mercado de entretenimento, as receitas líquidas de 2022 tiveram um aumento de 176% em relação a 2021, assim como as despesas comerciais que também aumentaram 132% com relação a 2021. A Companhia também apresenta um resultado negativo (capital circle) devido ao custo dos ativos, os principais motivos que resultam no CCL negativo, são os empréstimos e financiamentos e as dívidas fiscais, os empréstimos e financiamentos registrados na Companhia não estão vencidos, o registro de 100% da dívida no circulante ocorreu, pois a avaliação da dívida da Companhia é feita com base na avaliação da Wtorre S.A. e não com base em cláusulas de conversíveis vencidos, porém as negociações junto às instituições financeiras estão avançadas com previsão de conclusão em 2023. Com a conclusão das negociações, as parcelas a vencer do prazo, serão reclassificadas para o não circulante. Quanto aos débitos fiscais, também estão em negociação avançada no âmbito da PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), as negociações resultarão em desconto de 65% da dívida, com compensação de 70% de prejuízos fiscais e parcelamento do saldo devedor em 120 parcelas, com redução de 60 parcelas para débitos previdenciários. Com a conclusão das negociações o CCL da Companhia passará a ser positivo. Com relação aos resultados negativos a administração apresentou o plano de expansão e crescimento no relatório da administração.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras - a) Base de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, nos termos emitidos e instituídos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), referidos como (BR GAAP). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Diretoria da Companhia adotou a conclusão das demonstrações financeiras em 28 de agosto de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras. **b) Base funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais e foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas:** A administração utiliza estimativas e julgamentos na preparação das demonstrações financeiras. **d) Premissas contábeis significativas:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As informações reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, assim como as informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em uma alteração material no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas apresentadas a seguir: **Provisão para riscos processuais:** A Companhia revisa suas estimativas e premissas de maneira contínua, refletindo as variações no resultado de cada período, sendo a principal provisão, os riscos processuais decorrentes de demandas civis e trabalhistas. A análise da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências conhecidas e, principalmente a avaliação de consultores externos contratados. **Impostos diferidos ativos:** O imposto diferido ativo é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, no momento em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A Companhia se utiliza de premissas e julgamentos na determinação da probabilidade de utilização dos prejuízos fiscais, as quais são revisadas a cada data de balanço. **3. Principais políticas e práticas contábeis - a) Instrumentos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento de dívida; ou ao VJORA - instrumento de dívida. Os ativos são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um instrumento financeiro é considerado amortizado se atender ambas as condições e não for designado como mensurado ao VJORA - E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições e não for designado como mensurado ao VJORA - E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados pelo valor original de custo são classificados como mensurados ao VJORA. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como VJORA se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **b) Passivos financeiros não derivativos - i) Passivos financeiros registrados ao custo amortizado:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **ii) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, quando há um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Seus valores são apurados através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de até 12 meses, medidos pelo valor justo de custo. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. **d) Contas a receber:** As contas a receber são classificadas pelo valor original de custo, exceto quando a Companhia reconhece a perda esperada é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber, bem como, com base na análise de crédito e histórico de pagamentos. **e) Identificação dos contratos:** A Companhia revisou todas as modalidades

de ocupação de camarotes e de cadeiras, além de novos contratos de patrocínio. Para 2023 a expectativa é grande. O otimismo está relacionado ao crescimento das linhas operacionais existentes e também na exploração de novos negócios e novos modelos de parceria. O esforço será para o Allianz Parque seguir como a melhor e mais desejada arena de jogos e shows do Brasil, e reconhecendo um local para se viver fantásticas experiências de entretenimento, com excelência em sua estrutura, em seus serviços e em sua operação. **JOGOS:** Em 2022 foram realizados 59 jogos de futebol da SEP (Sociedade Esportiva Palmeiras) no Allianz Parque, entre equipe profissional masculina, equipe profissional feminina e da base (sub-17 e sub-20). Vale destacar a realização de 2 jogos de finais do profissional masculino (Recopa e Paulista) e a realização de 20 jogos onde a presença do público superou mais de 35 mil expectadores - com recorde de 41.361 em um jogo de quartas-de-final da Copa do Brasil, em julho de 2022. **SHOWS E EVENTOS:** 2022 contou com a realização de 19 shows, incluindo artistas e bandas internacionais, como Maroon 5, Kiss, J. Balvin, Guns N' Roses, Michel Bublê, Harry Styles, The Killers, Twenty One Pilots, New Internet e artistas e bandas nacionais, como Gustavo Lima e aqueles que fizeram parte do espetáculo de música street Cabaré e Histórias. O ano não foi melhor em razão de cancelamentos (Coldplay e Justin Bieber) e adaptações (Backstreet Boys e Imagine Dragons). Vale destacar que todos eles acabaram não ocorrendo no período por fatores externos ao Allianz Parque. Para 2023 a agenda de shows já está cheia de atrações, e o período deverá alcançar o fôlego de operar próximo a sua capacidade de realização de shows. Vale lembrar que a realização de shows e eventos é a principal alavanca para geração de receita de serviços da arena, como A&B (alimentos e bebidas), merchandising e estacionamento. **PATROCÍNIO:** A principal fonte de receita da Companhia é a entrega de valor do Allianz Parque fez com que o Allianz não perdesse nenhum patrocínio e ainda agregasse dois novos patrocinadores ao longo de 2022. A arena hoje possui um portfólio variado para exposição das marcas, seja através de atrações diferenciadas, espaços para que os patrocinadores realizem eventos corporativos e entregas e serviços relacionados aos jogos, shows e eventos. A demanda de patrocinadores e o interesse das empresas associam-se às suas marcas ao Allianz Parque indicam o compromisso de excelência da venue, de seus produtos e de seus serviços. **CADEREAS E CAMAROTES:** A ocupação das cadeiras (Passaporto, Lounge Continental) e de camarotes passaram por um período muito positivo ao longo de 2022. O ano se iniciou sob a ameaça da terceira onda do COVID-19, o que impôs desafios para venda e negociação desses produtos. A partir do segundo trimestre de 2022, com fim da ameaça da variante ômicron, a performance comercial em cadeiras e camarotes passou por um forte crescimento. O ano fechou com elevadas taxas de ocupação, acima de 80% para os três produtos. Para 2023, além de metas audaciosas para taxas de ocupação acima de 90% nos três produtos, o desafio está em manter esse elevado patamar ao longo de todo o ano (diferentemente de 2022 que atingiu os elevados patamares no último trimestre do ano). E um esforço de venda somado com um esforço de renovação. **ARENA VIVA:** A naturalidade e o maior potencial de exploração do Allianz Parque passam necessariamente pelo conceito da Arena Viva. Trata-se de uma grande diversidade não só de crescimento, mas de diversificação das linhas de serviço, geração de receita, tipos de público e formas de ocupação do espaço. Ao longo de 2022 foram realizadas inaugurações de espaços como restaurante Bar, restaurante La Coppa, Museu do Palmeiras, retorno Experience Tour da arena, nova negadora, retorno das festas internas, além de novos produtos e serviços. Para 2023, a expectativa é de crescimento e expansão. **FINANCIAMENTO:** A Companhia possui uma estrutura de dívida diversificada, com uma parcela significativa de dívida parcial, com inauguração total para 2023. Ainda foram realizadas tentativas de negócio como Escape 60 e Museu da Self. Sob o conceito de multi-arena, o Allianz Parque tem a meta de aproximar as implantações de 2022, mas também de desenvolver e criar de novos produtos e serviços com o intuito de gerar receita adicional. A Companhia possui 121 milhões em dívida registrada em 31 de dezembro de 2022, com uma taxa bruta de RS 121MM (anla aos RS 48 MM registrados em 2021). Para 2023 a expectativa é de geração de receita bruta acima dos RS 160M (crescimento superior a 25% a frente a 2022).

1. Obrigações sociais e trabalhistas: Os saldos estão representados conforme demonstrativo a seguir:

	2022	2021
Despesa com encargos trabalhistas	(59.039)	(40.690)
Prejuízo do exercício	(59.039)	(40.690)
Total do resultado abrangente do exercício	(59.039)	(40.690)

2. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios finais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	278.105	(437.440)	(159.335)
Prejuízo do exercício	-	(40.690)	(40.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	278.105	(478.130)	(200.025)

3. Despesa com encargos trabalhistas: Os saldos estão representados conforme demonstrativo a seguir:

	2022	2021
Despesa com encargos trabalhistas	3.256	2.379
Impostos sobre vendas	1.483	1.073
Juros e multa sobre impostos e outros	1.771	752
Outros Parcelados (a)	42.563	42.563
Total	49.073	44.389

4. Circulante

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.582	7.451
Prejuízo do exercício	(33.391)	(36.947)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(17.809)	(29.496)

5. Não Circulante

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	278.105	(437.440)
Prejuízo do exercício	(59.039)	(40.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	278.105	(537.169)

6. Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios finais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(59.039)	(40.690)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	10	24.322
Impostos e juros e encargos e empréstimos	12.14	78.977
Provisão de juros fornecedores em aberto	11	44.533
Custo de transação	12	466
Resultado na alienação de imobilizado	10	762
Perdas estimadas em créditos de liquidação	5	1.332
Divididos (PECLD)	17	7.754
Reversões/Provisões riscos processuais	17	7.754
Desconto parcelamento transação	14	(281)
Provisão P.R.V	16	6.803
Perda recobrada	16	(117)
Provisões contábeis	16	(171)
IRPJ/CSLL diferido	17	(24.890)
Resultado após ajustes	80.478	7.963
Aumentos/Diminuições nos ativos e passivos operacionais		
Ativos		
Aumentos/(Reduções) de contas a receber	(21.983)	(2.855)
Aumentos/(Reduções) de adiantamento de fornecedores	3.598	(2.623)
Aumentos/(Reduções) de créditos fiscais	(641)	(768)
Aumentos/(Reduções) de outros ativos	(332)	(313)
Passivos		
Aumentos/(Reduções) de fornecedores	17.671	2.091
Aumentos/(Reduções) de adiantamentos de clientes	(10.776)	(74)
Aumentos/(Reduções) de obrigações sociais e trabalhistas	420	(9.960)
Aumentos/(Reduções) de obrigações fiscais e impostos parcelados	2.032	13.620
Aumentos/(Reduções) de outros passivos	(5.617)	3.613
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	84.850	12.054
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Contratos de múltos	(31.742)	6.299
Aumentos/(Reduções) de imobilizado	10	(3.767)
Aumentos/(Reduções) de intangível	10	(18)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(35.527)	6.291
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contratos de múltos	8	(630)
Amortizações e principal pagos sobre cessão de crédito bancário	12	(25.785)
Liquidações impostos parcelados	14	(215)
Juros pagos impostos parcelados	14	(251)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(29.381)	(18.943)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(58)	52
Caixa e equivalente de caixa no início do período	4	59
Caixa e equivalente de caixa no final do período	4	1
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(58)	52

7. Obrigações sociais e trabalhistas: Os saldos estão representados conforme demonstrativo a seguir:

	2022	2021
Despesa com encargos trabalhistas	3.256	2.379
Impostos sobre vendas	1.483	1.073
Juros e multa sobre impostos e outros	1.771	752
Outros Parcelados (a)	42.563	42.563
Total	49.073	44.389

8. Circulante

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.582	7.451
Prejuízo do exercício	(33.391)	(36.947)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(17.809)	(29.496)

9. Não Circulante

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	278.105	(437.440)
Prejuízo do exercício	(59.039)	(40.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	278.105	(537.169)

10. Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios finais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(59.039)	(40.690)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	10	24.322
Impostos e juros e encargos e empréstimos	12.14	78.977
Provisão de juros fornecedores em aberto	11	44.533
Custo de transação	12	466
Resultado na alienação de imobilizado	10	762
Perdas estimadas em créditos de liquidação	5	1.332
Divididos (PECLD)	17	7.754
Reversões/Provisões riscos processuais	17	7.754
Desconto parcelamento transação	14	(281)
Provisão P.R.V	16	6.803
Perda recobrada	16	(117)
Provisões contábeis	16	(171)
IRPJ/CSLL diferido	17	(24.890)
Resultado após ajustes	80.478	7.963
Aumentos/Diminuições nos ativos e passivos operacionais		
Ativos		
Aumentos/(Reduções) de contas a receber	(21.983)	(2.855)
Aumentos/(Reduções) de adiantamento de fornecedores	3.598	(2.623)
Aumentos/(Reduções) de créditos fiscais	(641)	(768)
Aumentos/(Reduções) de outros ativos	(332)	(313)
Passivos		
Aumentos/(Reduções) de fornecedores	17.671	2.091
Aumentos/(Reduções) de adiantamentos de clientes	(10.776)	(74)
Aumentos/(Reduções) de obrigações sociais e trabalhistas	420	(9.960)
Aumentos/(Reduções) de obrigações fiscais e impostos parcelados	2.032	13.620
Aumentos/(Reduções) de outros passivos	(5.617)	3.613
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	84.850	12.054
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Contratos de múltos	(31.742)	6.299
Aumentos/(Reduções) de imobilizado	10	(3.767)
Aumentos/(Reduções) de intangível	10	(18)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(35.527)	6.291
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contratos de múltos	8	(630)
Amortizações e principal pagos sobre cessão de crédito bancário	12	(25.785)
Liquidações impostos parcelados	14	(215)
Juros pagos impostos parcelados	14	(251)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(29.381)	(18.943)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(58)	52
Caixa e equivalente de caixa no início do período	4	59
Caixa e equivalente de caixa no final do período	4	1
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(58)	52

11. Obrigações sociais e trabalhistas: Os saldos estão representados conforme demonstrativo a seguir:

	2022	2021
Despesa com encargos trabalhistas	3.256	2.379
Impostos sobre vendas	1.483	1.073
Juros e multa sobre impostos e outros	1.771	752
Outros Parcelados (a)	42.563	42.563
Total	49.073	44.389

12. Circulante

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.582	7.451
Prejuízo do exercício	(33.391)	(36.947)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(17.809)	(29.496)

13. Não Circulante

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	278.105	(437.440)
Prejuízo do exercício	(59.039)	(40.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	278.105	(537.169)

14. Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios finais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(59.039)	(40.690)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	10	24.322
Impostos e juros e encargos e empréstimos	12.14	78.977
Provisão de juros fornecedores em aberto	11	44.533
Custo de transação	12	466
Resultado na alienação de imobilizado	10	762
Perdas estimadas em créditos de liquidação	5	1.332
Divididos (PECLD)	17	7.754
Reversões/Pro		



	Saldo Líquido	Cenário Favorável		Cenário Provável	Cenário Desfavorável	
	31/12/2022	Variação 50%	Variação 25%	Variação 25%	Variação 25%	Variação 50%
Ativos e Passivos Líquidos	(655.289)	(41.775)	(62.663)	(83.549)	(104.437)	(125.324)
CDI	16.316	496	729	372	1.216	450
IPCA	(638.973)	(41.289)	(63.392)	(82.577)	(103.221)	(123.855)
Saldos no Balanço		Saldo em 31/12/2022		CDI ou Selic	IPCA	Sem Indexador
Ativos						
Disponibilidades		1	-	-	-	1
Contas a receber	18.769	-	-	-	18.769	-
Dúvidas	1.689	-	-	-	-	1.689
Dívidas Fiscais	1.703	-	-	-	-	1.703
Contratos de Mútuos	89.741	-	-	-	-	89.741
Total dos ativos com riscos financeiros	111.903	-	-	-	18.769	93.134
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	610.218	612.726	-	-	-	(2.508)
Empréstimos e financiamentos a pagar	612.726	612.726	-	-	-	-
Custo de transação	(2.508)	-	-	-	-	(2.508)
Fornecedores	144.262	-	-	-	-	144.262
Obrigações sociais e trabalhistas	2.910	-	-	-	-	2.910
Obrigações fiscais	49.073	42.563	-	-	-	6.510
Impostos parcelados	42.563	42.563	-	-	-	6.510
Obrigações fiscais	6.510	-	-	-	-	6.510
Outros passivos	9.994	-	-	-	-	9.994
Contratos de mútuos	12.743	-	-	2.453	-	10.290
Total dos passivos com riscos financeiros	829.200	655.289	2.453	-	-	171.458
Ativos e passivos líquidos	(717.297)	(655.289)	16.316	-	-	(78.324)
O detalhamento e valorização dos instrumentos financeiros O balanço dos instrumentos financeiros reais						

Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como não realizou operações com derivativos financeiros. **d) Ativo financeiro registrado ao custo amortizado:** Os ativos financeiros incluem aplicações financeiras, outros recebíveis, os quais estão classificados como custo amortizado. **e) Passivos financeiros registrados ao custo amortizado:** Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamentos de clientes e outras dívidas, os quais estão classificados ao custo amortizado. **f) Categoria dos instrumentos financeiros:** Segue o quadro com a categoria dos instrumentos financeiros:

	Ativos financeiros	Passivos financeiros	Total	Ativos financeiros	Passivos financeiros	Total
Descrição	2022	2021		2022	2021	
Ativos						
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	18.769	-	18.769	7.941	-	7.941
Contas a receber	89.741	-	89.741	53.193	-	53.193
Créditos fiscais	1.703	-	1.703	1.062	-	1.062
Outros ativos	1.689	-	1.689	1.358	-	1.358
Total do ativo	111.902	-	111.902	63.613	-	63.613
Passivos						
Custo amortizado						
Fornecedores	-	144.262	144.262	-	85.664	85.664
Empréstimos e financiamentos	-	610.218	610.218	-	562.451	562.451
Obrigações fiscais e impostos parcelados	-	49.073	49.073	-	44.398	44.398
Obrigações sociais e trabalhistas	-	2.910	2.910	-	2.761	2.761
Contratos de mútuos	-	12.743	12.743	-	13.102	13.102
Outros Passivos	-	9.994	9.994	-	28.990	28.990
Total do passivo	-	829.200	829.200	-	737.384	737.384

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

de comparação, foram anteriormente auditados, por outro auditor independente que emitiu relatório com opinião sem ressalva, datado em 7 de fevereiro de 2023. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do Auditor:** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e os responsáveis por essas informações são responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários

26. Seguros: A Companhia contratou apólice de seguros com a seguradora Allianz Seguros S.A., desde o período de dezembro de 2022 a novembro de 2023. As coberturas contratadas foram de risco operacionalis R\$ 470 e responsabilidade civil R\$ 348. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **27. Eventos subsequentes - a) Contratos de clientes:** Em janeiro de 2023 a Companhia firmou novos contratos de cessão do espaço de camarote com o cliente Score Eventos e Camarotes Ltda., com vigência de 12 meses, no valor total de R\$ 1.500 (um milhão e quinhentos mil reais) e o cliente Ingeggra Consultoria Empresarial Ltda., com vigência de 24 meses, no valor total de R\$ 900 (novecentos mil reais). Em março de 2023 a Companhia firmou um novo contrato de veiculação de marca e outras avenças com o cliente Sap Indústria Brasileira de Bebidas S.A., com vigência de 3 anos, no valor de R\$ 3.000 (três milhões). **b) Venda de imobilizado:** Em junho de 2023 a Companhia firmou contrato de compra e venda de equipamentos para o cliente Arena Vencer Campeão Esportivo Multisspo Spe Ltda., os ativos negociados são Os Equipamentos de Iluminação Artificial SGL System - MU360 - 360 m² e Os Equipamentos de Iluminação Artificial SGL System - MU50 - 50 m² pelo montante de R\$ 795 (setecentos e noventa e cinco mil). **c) Demandas judiciais:** Em 19 de dezembro de 2017, a SEP ajuizou ação de execução de título extrajudicial com o propósito de cobrar valores relativos a repasses sobre receitas auferidas pela Real Arenas com a exploração comercial do Allianz Parque. Em 25 de abril de 2023, a ação foi inicialmente extinta de plano, sendo que, posteriormente, em grau de recurso, o Tribunal de Justiça de São Paulo autorizou seu prosseguimento. Citada, a Companhia apresentou uma série de defesas à pretensão da SEP em especial o fato de que SEP já discute os referidos repasses no procedimento arbitral mencionado nas Notas Explicativas nº 11 e 17.iii, bem assim de que as Partes lá discutem créditos e débitos recíprocos.

Renato Muscari Lobo - Diretor Presidente
Claúdio Vinicius Coutinho Macedo - Diretor
Carolina Teixeira de Freitas Ocha
Contadora - CRC 1SP257.066/O-1

Data e horário: 12 de dezembro de 2023, às 10h00min. **Local:** Sede social da companhia na Capital do estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1493, Edifício Berrini 1511, 6º andar, sala 03, Cidade Monções, CEP: 04571-011. **Presença:** Única acionista representando a totalidade do capital social, nos termos do art. 125 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei das Sociedades por Ações"**). **Convocação:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da única acionista. **Mesa:** Elaine Cristina Ferreira, como Presidente; e Felipe Soares Verdi, como Secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (1) aprovação de empresa especializada para proceder a elaboração de laudo de avaliação contábil dos créditos ("Ativos") a serem conferidos ao capital social da Companhia; (1.1) aprovação, pela Companhia, do laudo de avaliação contábil dos Ativos a serem conferidos ao capital social da Companhia, bem como do respectivo valor atribuído pela empresa avaliadora aos referidos Ativos; (2) o aumento do capital social da Companhia mediante a conferência dos Ativos de propriedade da única acionista BRZ INFRA S.A.; (2.1) alteração da cláusula quinta do estatuto social da Companhia, a fim de refletir o aumento de capital social deliberado; (3) ratificação os mandatos dos membros da diretoria da Companhia; e (4) consolidação do estatuto social da Companhia. **Deliberações:** Os acionistas resolveram, por unanimidade, e atendendo às necessidades atuais da Companhia: 1. Aprovar a nomeação da empresa **B70 SERVIÇOS CONTÁBEIS S.S.**, sociedade simples formada por profissionais contadores, com sede na capital do estado do Ceará, na Rua Ary Barroso, nº 70, sala 1503 torre 1, Papicu, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará sob o nº 002885/O-2 e no CNPJ/MF sob o nº 37.956.368/0001-38, neste ato representada na forma de seu contrato social por seu representante José Ubiratan Ferreira de Queiroz, para elaboração do laudo de avaliação contábil dos Ativos da acionista BRZ INFRA S.A., a ser conferido à Companhia, nos termos do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, o qual figurará como Anexo II ao presente instrumento. 1.1. A pedido da Companhia, foi realizado trabalho anterior pela empresa **B70**, o que possibilitou a apresentação do Laudo de Avaliação Contábil, o qual foi entregue ao presidente da mesa, sendo devidamente autenticado e arquivado na sede da Companhia. Ato contínuo, foi realizada a leitura do laudo de Avaliação Contábil dos Ativos, que foi aprovado sem quaisquer ressalvas ou emendas pela única acionista da Companhia, bem como o respectivo valor atribuído créditos da avaliação, qual seja, **R\$ 79.900.000,00 (setenta e nove milhões e novecentos mil reais)**. 2. Aumentar o capital social da Companhia, que passará R\$ 144.727.365,00 (cento e quarenta e quatro milhões, setecentos e vinte e sete mil e trezentos e sessenta e cinco reais), para R\$ 224.627.365,00 (duzentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e vinte e sete mil e trezentos e sessenta e cinco reais), totalizando um aumento de capital no montante de R\$ 79.900.000,00 (setenta e nove milhões e novecentos mil reais), por meio de emissão de 79.900.000 (setenta e nove milhões e novecentos mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas mediante a capitalização de Ativos de titularidade da acionista BRZ INFRA S.A. 2.1. Alterar o artigo 5º do estatuto social da companhia, para refletir o aumento de capital social ora aprovado, passando a vigorar o referido artigo, na íntegra, com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 224.627.365,00 (duzentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e vinte e sete mil e trezentos e sessenta e cinco reais), representado por 224.627.365 (duzentas e vinte e quatro milhões, seiscentas e vinte e sete mil e trezentas e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, todas sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada. **Parágrafo único:** A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações sociais." **3. Ratificar** os mandatos dos membros da Diretoria da Companhia, com vigência até 18.07.2025, eleitos através da Assembleia Geral extraordinária de 18.07.2022, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 380.890/22-6, em sessão de 27.07.2022, a saber: **• DIRETORA PRESIDENTE: ELAINE CRISTINA FERREIRA**, brasileira, solteira, engenheira, portadora da cédula de identidade RG nº 19.207.435-0, inscrita no CPF/MF sob o nº 149.099.998-17, com endereço profissional na capital do estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1493, Edifício Berrini 1511, 6º andar, sala 03, Cidade Monções, CEP: 04571-011; **• DIRETOR CORPORATIVO: FELIPE SOARES VERDI**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 24.331.687-2, inscrito no CPF/MF sob o nº 332.102.828-03, com endereço profissional na capital do estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1493, Edifício Berrini 1511, 6º andar, sala 03, Cidade Monções, CEP: 04571-011. 3.1. As respectivas declarações de desimpedimento constam devidamente arquivadas na sede da Companhia, registradas no respectivo livro de Reuniões da Diretoria. 4. Alterar e consolidar o estatuto social da Companhia, que passará vigorar, na íntegra, com a redação constante do Anexo I a esta ata. **Encerramento e lavratura da ata:** Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, esta Ata foi lida, conferida, aprovada e assinada pelo Secretário e pela Presidente. ** Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada em livro próprio. ** São Paulo, 12 de dezembro de 2023. **Mesa:** Elaine Cristina Ferreira - Presidente, Felipe Soares Verdi - Secretário. JUCESP nº 480.156/23-2 em 18/12/2023.

Anexo I à Ata da Assembleia Geral Extraordinária da **ENGI BRAS ENGENHARIA S.A.**, realizada em 12 de dezembro de 2023. **ESTATUTO SOCIAL DA ENGI BRAS ENGENHARIA S.A.** NIRE: 35.300.496.540 - CNPJ/MF Nº 26.381.989/0001-14 **Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração da Companhia. Artigo 1º.** A Companhia adotará a denominação de **"ENGI BRAS ENGENHARIA S.A."**, subsidiária integral, de capital fechado, que se regerá pelo disposto neste estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1493, Edifício Berrini 1511, 6º andar, sala 03, Cidade Monções, CEP: 04571-011, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior, por deliberação dos diretores, em reunião. **Artigo 3º.** O objeto social da Companhia abrange: (a) execução de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou de terceiros; (b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada, incluindo, mas não se limitando, a obra de Barragens, Obras Portuárias, Aeroportuárias, Rodovias e Edificações; (c) execução de estradas vicinais; (d) abastecimento de água, saneamento, drenagem e irrigação; (e) aluguel de equipamentos, comércio, representação de materiais para construção; (f) sinalização de vias em geral; (g) comercialização de substâncias minerais, em todo o território nacional; (h) serviço de dragagem, transporte e navegação lacustre, fluvial e marítima; (i) varrição, coleta, remoção e incineração de resíduos sólidos; (j) serviços de elaboração de projetos para obras de construção civil e construção pesada, projeto, construção, execução, implantação e operação de aterros sanitários; (k) execução de obras e serviços de engenharia elétrica, por conta própria ou de terceiros; (l) manutenção e montagem industrial de plantas diversas, exceto óleo & gás; (m) prestação de serviços de operação, implantação, manutenção, assistência técnica e todos e quaisquer outros serviços complementares, auxiliares, conexos e/ou correlatos relacionados à distribuição de gás natural e de combustíveis em geral; (n) armazenamento de materiais de construção civil e de materiais de rede de gás de propriedade de terceiros; (o) importação e exportação de materiais para construção, máquinas e equipamentos aplicáveis a qualquer das atividades relacionadas no presente

ENGI BRAS ENGENHARIA S.A.
NIRE 35.300.496.540 - CNPJ/MF Nº 26.381.989/0001-14
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2023.

le objeto, bem como de suas peças e partes; (p) importação e exportação de serviços de engenharia civil em geral, em especial a execução de projetos e a construção e implantação de todo tipo de obra, por conta própria ou de terceiros; (q) participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou colista, bem como em consórcios que tenham por objeto quaisquer das atividades dos itens (a) a (p) acima; e (r) serviços combinados de escritório e apoio administrativo. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social - Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 224.627.365,00 (duzentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e vinte e sete mil e trezentos e sessenta e cinco reais), representado por 224.627.365 (duzentas e vinte e quatro milhões, seiscentas e vinte e sete mil e trezentas e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, todas sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada. **Parágrafo único:** A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações sociais. **Capítulo III - Das Assembleias Gerais - Artigo 6º.** Os acionistas reunir-se-ão, na sede da Companhia, em Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, convocadas na forma da lei e deliberarão acerca das matérias constantes da ordem do dia. As Assembleias Gerais Ordinárias serão realizadas nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do ano social, e as Extraordinárias, sempre que houver necessidade. Das Assembleias far-se-á a respectiva ata, devendo as deliberações serem aprovadas por maioria absoluta de votos dos presentes, exceto nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações e/ou neste estatuto social. Para que as Assembleias possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença de acionistas que representem, no mínimo, a maioria do capital social. **Parágrafo primeiro:** Qualquer acionista poderá ser representado por procurador, sendo então considerado presente à reunião, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo segundo:** Os trabalhos das Assembleias serão dirigidos por uma mesa composta de um presidente e um secretário, a serem escolhidos pelos acionistas presentes. **Parágrafo terceiro:** As convocações para as Assembleias serão feitas na forma da lei, podendo ser dispensadas, desde que presentes acionistas representando a totalidade do capital social, em conformidade com o art. 124, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo quarto:** Caberá à Assembleia deliberar, além das matérias previstas em lei, sobre a eventual abertura de capital da Companhia. **Capítulo IV - Da Administração - Artigo 7º.** A Diretoria da Companhia será composta por 06 (seis) diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Corporativo, 01 (um) Diretor Superintendente e, 03 (três) Diretores Regionais. **Parágrafo primeiro:** Os diretores serão investidos nos seus cargos na data da sua escolha, mediante a assinatura do termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, e permanecerão nos seus cargos até a posse de seus sucessores. **Parágrafo segundo:** A remuneração global dos Diretores será estabelecida pela Assembleia que os eleger, conforme o caso, e será levada à conta de despesas gerais da Companhia. **Artigo 8º.** Todos os diretores serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral e poderão ser acionistas ou não da Companhia. **Parágrafo primeiro:** O prazo de mandato dos Diretores é de 03 (três) anos, facultada a reeleição uma ou mais vezes. O prazo de mandato dos Diretores se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. **Parágrafo segundo:** Qualquer membro da Diretoria eleito fora da época em que os demais, terá o seu prazo de mandato findo na mesma data do término do período dos demais. **Artigo 9º.** A diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante a convocação de qualquer de seus membros. Para que se possa instalar e validamente deliberar, é necessária a presença de pelo menos a maioria dos diretores em exercício. **Parágrafo primeiro:** A convocação far-se-á mediante aviso escrito com pelo menos 03 (três) dias de antecedência, dispensando-se esse prazo quando a Diretoria se reunir com a presença ou a representação da totalidade de seus membros. **Parágrafo segundo:** As deliberações da diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes, sendo registradas em ata no livro próprio. **Parágrafo terceiro:** Qualquer diretor poderá ser representado por outro diretor ou procurador, desde que comprovada a outorga escrita de tais poderes, sendo então considerado presente à reunião. **Artigo 10º.** Compete à Diretoria, a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, para tanto dispondo ela, entre outros poderes, dos necessários para: I. Zelar pela observância da lei, deste Estatuto Social, de qualquer acordo de acionistas e pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; II. Administrar, gerir e superintender os negócios sociais, formulando e propondo à Assembleia Geral o Plano de Negócios trienal da Companhia, incluindo as necessidades de recursos humanos, financeiros e equipamentos, podendo comprar, vender, permutar, onerar ou por qualquer outra forma adquirir ou alienar bens móveis e imóveis para ou da Companhia, determinando os respectivos preços, termos e condições, respeitadas as atribuições da Assembleia Geral; e III. Expedir regulamentos internos, regulamentos e outras normas da mesma natureza no tocante à administração da Companhia; e (iv) representar a Companhia, nos termos deste Estatuto Social. IV. Formar sucessores, bem como, contribuir para o desenvolvimento profissional na sua equipe; V. Zelar pelo cumprimento do Código de Ética e Conduta do Grupo bem como do seu cumprimento e disseminação. VI. Zelar pelo patrimônio e ativos da Companhia; VII. Disseminar diretrizes estratégicas e cultura organizacional; VIII. Assegurar a obtenção dos resultados definidos nos planos operacionais e administrativos, em conformidade com a missão da Companhia, seus princípios e filosofia de negócios, dentro das diretrizes estratégicas e operacionais estabelecidas, por meio da coordenação geral de todas as áreas da Companhia; **Parágrafo primeiro: São atribuições do Diretor Presidente:** i. Garantir as melhores condições de rentabilidade para a Companhia, na prospeção, desenvolvimento, contratação de obras e serviços; ii. Conduzir a elaboração e implementação do Plano de Negócios - PN, em todas as áreas da Companhia, visando a assegurar o seu desenvolvimento, crescimento e continuidade; iii. Identificar oportunidades, avaliar a viabilidade e fazer recomendações sobre novos investimentos ou desenvolvimento de novos negócios, visando garantir um retorno adequado aos acionistas e resguardar a segurança dos ativos da Companhia; IV. Conduzir os processos de mudanças na cultura da Companhia, visando conquistar o engajamento de todos os seus integrantes e garantir a consolidação de uma cultura organizacional orientada para a contínua busca da qualidade e de altos padrões de desempenho individual e coletivo; V. Representar a Companhia perante seus clientes públicos e privados, em especial, mas não se limitando à assinatura de contratos e aditivos; VI. Responsabilizar-se pelas áreas jurídicas, financeira e de recursos humanos da Companhia; VII. Implantar e garantir a estratégia de médio e longo prazo da Companhia, visando retorno aos acionistas e investidores; VIII. Assegurar a presença e posicionamento da empresa nos principais fóruns governamentais, setoriais e de investimento; IX. Monitorar ações comerciais e apoiar os empreendimentos na construção de relações institucionais visando a perpetuação das mesmas à médio e longo prazo; X. Assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados pela Companhia com seus clientes, atentando para a manutenção do valor dos negócios com visão de médio e longo prazo; XI. Assegurar a aplicação do modelo de gestão e governança, das diretrizes técnico operacionais, administrativas, financeiras e de desenvolvimento de negócios da Companhia; e XII. Implantar sistemas de acompanhamento nas obras e empreendimentos, visando reduções e controles de custos, buscando alternativas para solução das questões operacionais. **Parágrafo segundo: São atribuições do Diretor Superintendente:** I. Coordenar todas as Diretorias Regionais da Companhia, a fim de atingir as metas estabelecidas no Plano de Negócios da Companhia - PN; II. Representar a Companhia

perante seus clientes públicos e privados, em conjunto com o respectivo Diretor Regional, incluindo, mas não se limitando à assinatura de contratos e aditivos; III. Garantir a estratégia de médio e longo prazo dos empreendimentos da Companhia, visando retorno aos acionistas e investidores; IV. Assegurar a aplicação do modelo de gestão e governança, das diretrizes técnico operacionais, administrativas, financeiras e de desenvolvimento dos empreendimentos da Companhia; V. Otimizar equipes e recursos, adequando-os à execução do Plano de Negócios - PN da Companhia; VI. Definir estratégias de atuação no mercado, em função das particularidades dos segmentos sob sua responsabilidade, planejando, acompanhando, implementando ações de desenvolvimento e controlando os resultados dos empreendimentos. VII. Coordenar a implementação dos Planos de negócio das Diretorias Regionais; VIII. Avaliar a viabilidade técnica, financeira e jurídica, dos novos empreendimentos para assegurar que as contratações estejam em consonância com as diretrizes da Companhia; **Parágrafo terceiro: São atribuições dos Diretores Regionais:** I. Responsabilizar-se pela implantação do Plano de Negócios - PN em sua respectiva Regional; II. Definir estratégias de atuação no mercado, em função das particularidades dos segmentos sob sua responsabilidade, planejando, acompanhando, implementando ações de desenvolvimento e controlando os resultados empresariais de sua Área; III. Identificar oportunidades, avaliar a viabilidade sobre novos investimentos ou desenvolvimento de novos negócios, visando garantir um retorno adequado aos acionistas e resguardar a segurança dos ativos da Companhia; IV. Definir/otimizar equipes e estrutura organizacional adequada ao plano de Negócios - PN da respectiva Diretoria Regional; V. Em conjunto com o Diretor Superintendente, formar sucessores, bem como, contribuir para o desenvolvimento profissional na sua equipe; VI. Representar a Companhia com relação à estruturação técnica, financeira e jurídica, visando a busca de novos clientes; VII. Garantir a execução das obras dentro dos padrões de qualidade, produtividade, prazos e custos estabelecidos na Companhia; VIII. Dirigir e controlar os planos e projetos de engenharia, garantindo que os processos de normatização, racionalização e avaliação de custos/benefícios dos programas e processos adotados pela empresa; IX. Responsabilizar-se pela Qualidade, Saúde, Medicina e Segurança no Trabalho; X. Responsabilizar-se pela administração e pelos resultados das suas áreas de atuação; XI. Assegurar a obtenção dos resultados definidos nos planos operacionais e, em conformidade com a missão da Companhia, seus princípios e filosofia de negócios, dentro das diretrizes estratégicas e operacionais estabelecidas, por meio da coordenação geral de todas as áreas da Companhia; XII. Representar a Companhia, dentro do âmbito de sua atuação, perante seus clientes públicos e privados, em especial, mas não se limitando à assinatura de contratos e aditivos; **Parágrafo quarto: São atribuições do Diretor Corporativo:** I. Dirigir as atividades das áreas Administrativa, Financeira, Fiscal, Contábil, Controladoria, Tecnologia da Informação, Auditoria Interna da empresa, mediante planejamento e organização; II. Representar a Companhia perante a Receita Federal do Brasil exclusivamente no tocante à entrega de relatórios por esta exigidos; III. Definir normas e diretrizes para área corporativa da Companhia; IV. Elaborar os orçamentos específicos das áreas corporativas e consolidar os orçamentos anuais e plurianual da Companhia; V. Manter contato com órgãos públicos em geral, bancos, dentre outras entidades, para resolução de assuntos específicos da área corporativa; **Artigo 11º.** A representação da Companhia em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, perante autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, compete a qualquer diretor, individualmente, desde que seja matéria de sua responsabilidade específica, nos termos do Artigo 10º acima, ou procurador com poderes específicos. **Parágrafo único:** Observado o disposto nos artigos 12, 13 e 14 abaixo, todos os atos e documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da Companhia, tais como escrituras de qualquer natureza, cheques, notas promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento, títulos de dívida em geral, contratos em geral e outros documentos não especificados, serão obrigatoriamente assinados por: (a) 02 (dois) diretores em conjunto; ou (b) 01 (um) diretor em conjunto com o procurador; ou (c) 02 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de poderes específicos. **Artigo 12º.** A representação da Companhia para a outorga de procurações será sempre por 02 (dois) diretores, em conjunto, respeitado as obrigações específicas de cada Diretoria e o quanto determinado nos parágrafos abaixo: **Parágrafo primeiro:** As procurações destinadas à condução dos empreendimentos da Companhia serão obrigatoriamente outorgadas pelos Diretor Presidente ou Diretor Superintendente, em conjunto com 01 (um) Diretor Regional. **Parágrafo segundo:** As procurações destinadas à condução dos assuntos corporativos da Companhia serão obrigatoriamente outorgadas pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Corporativo. **Parágrafo terceiro:** O instrumento de mandato deverá especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano. **Parágrafo quarto:** A outorga de cartas de preposição para a representação legal da Companhia em juízo poderá ser feita por quaisquer Diretor ou procurador, isoladamente. **Artigo 13º.** Os poderes para: (i) contratar quaisquer empréstimos em nome da Companhia, (ii) prestar garantias de qualquer natureza em nome da Companhia, (iii) prestar fianças, garantias e avais em favor de sociedades ou consórcios ligados e/ou controlados pela Companhia, (iv) comprar, vender, hipotecar ou, por qualquer outro modo, alienar ou gravar bens imóveis e/ou outros bens do ativo imobilizado da companhia deverão ser exercícios, necessariamente, pelo Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor da Companhia. **Artigo 14º.** Os poderes para e (ii) constituir consórcio, deverão ser exercidos, em conjunto, por 02 (dois) Diretores, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Regional responsável. **Artigo 15º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, atos de quaisquer dos acionistas, diretores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **Parágrafo único:** Exclui-se da proibição estabelecida neste artigo a prestação de fianças em contratos de locação residencial celebrados por empregados da Companhia e dentro dos interesses e conveniências sociais. **Capítulo V - Do Exercício Social - Artigo 16º.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício e correspondente ao mesmo, será levantado um balanço e preparada a conta de lucros e perdas. **Artigo 17º.** Os lucros líquidos, anualmente obtidos, terão a aplicação que lhes for determinada em assembleia geral ordinária, garantida a todos os acionistas sua participação proporcional. Nenhum dos acionistas terá direito a qualquer parcela dos lucros até que seja adotada deliberação expressa sobre a sua aplicação. **Parágrafo único:** A Assembleia poderá fixar montante a ser pago ou creditado aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, alterado pela Lei nº 9.430/96. **Capítulo VI - Da Liquidação da Companhia - Artigo 18º.** Em caso de liquidação ou dissolução da Companhia, será liquidante a acionista BRZ INFRA S.A. ou quem esta indicar. Nessa hipótese os haveres da Companhia serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, rateado entre os acionistas em proporção ao número de ações que cada um possuir. **Capítulo VII - Do Foro - Artigo 19º.** Para todas as questões oriundas deste estatuto, fica desde já eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. ** O presente Estatuto Social consolidado é anexo à ata da Assembleia Geral Extraordinária da **ENGI BRAS ENGENHARIA S.A.**, realizada em 12 de dezembro de 2023.

PF e CGU realizam operação fraudes em licitações no Piauí

A Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram, nas primeiras horas da terça-feira (19), uma operação conjunta para aprofundar a investigação de um suposto esquema de fraude em licitações e desvio de recursos públicos federais liberados por meio das emendas de relator do Orçamento, também conhecida como orçamento secreto.

Batizada de Operação Creta, a ação é um desdobramento da

Operação Argentum, que a PF, a CGU, o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Tribunal de Contas do Piauí realizaram em outubro de 2017, a fim de apurar o desvio de cerca de R\$ 4,5 milhões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) destinada do Prefeitura de Prata do Piauí, em 2016.

Segundo a CGU, a análise das provas recolhidas em 2017,

bem como o monitoramento dos suspeitos, indicam que o grupo investigado atuava em outras cidades piauienses além de Prata do Piauí, fraudando licitações e contratando empresas de fachada que cometiam "irregularidades graves" também na construção ou reforma de unidades básicas de saúde, recebendo por serviços não executados.

Entre os municípios investigados a partir das provas recolhidas durante a Operação

Argentum está Pimenteiras (PI), a cerca de 258 quilômetros de Teresina, alvo de uma fiscalização conjunta feita pela CGU e pela PF que constatou indícios de fraude, direcionamento de contratações públicas e irregularidades em contratos aditivos. De acordo com a PF, em Pimenteiras as obras são suspeita estavam sendo executadas diretamente por agentes públicos municipais.

A ação da terça-feira ocor-

reu em Pimenteiras, Teresina, Valença (PI), Juazeiro do Norte (CE) e Brasília. Foram mobilizados 60 policiais federais e cinco auditores da CGU para cumprir 16 mandados judiciais de busca e apreensão de provas expedidos pela 1ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Piauí, que também autorizou o bloqueio e sequestro de cerca de R\$ 17 milhões das contas dos investigados, cujos nomes não foram divulgados.

"Os fatos investigados têm impacto direto para a população dos municípios envolvidos nos desvios, já que resultam em obras não finalizadas ou executadas de forma precária. Adicionalmente, o fato de a mão de obra utilizada nas obras não ter sido formalizada resulta na precarização das relações de trabalho da população dos municípios que atuaram na execução das obras", informa a CGU, em nota. (Agência Brasil)